

UMA AGENDA COMUM PARA A GLOBALIZAÇÃO INCLUSIVA

Position Paper CCI França Brasil

UMA AGENDA COMUM PARA A GLOBALIZAÇÃO INCLUSIVA

*Octávio de Barros e Philippe Jouvelot **

A seção latino-americana do World Economic Forum (WEF), realizada em São Paulo, em março, mostrou que existe alinhamento sobre uma “agenda de futuro” tanto para países emergentes, como o Brasil, como para economias e sociedades maduras, como a França.

É verdade, o Brasil tem um longo processo à frente, no que poderíamos chamar de “agenda do passado”. São reformas que deveriam ter sido concluídas há muitos anos, mas que ainda estão na ordem do dia, como a da previdência, tributária, educacional, política, reformas microeconômicas etc.

A França, apesar de sua robustez institucional, também está diante de um conjunto de reformas que poderia igualmente ser classificado, em alguma medida, como parte de uma “agenda do passado” (previdência social, reformas tributária, educacional, trabalhista, privatizações etc). A França está tentando construir o que o novo presidente chama de “economia social de mercado em um ambiente de revolução digital”.

O fato é que há agendas similares entre países maduros e emergentes, a exemplo de Brasil e França, em que pesem as questões específicas e idiossincráticas que esses países possuem. No caso de Brasil e França, está clara a necessidade de enfrentarem com sabedoria o desafio de se posicionarem estrategicamente frente a um mundo de protecionismo crescente, ao declínio da ordem mundial baseada em negociações e ao fortalecimento da “cultura antiestablishment”. Na contramão do que se observa em algumas economias importantes, ambos países não devem jamais renunciar à maior integração comercial e à cultura republicana, “compartilhando um novo futuro em um mundo fraturado” (aliás, tema do WEF em Davos 2018).

A busca de uma “nova narrativa” para os países latinoamericanos poderia se inspirar no caminho trilhado pela França recentemente. O país parece ter encontrado essa narrativa

depois de um ciclo eleitoral tão complexo quanto o que se vislumbra para o ciclo eleitoral brasileiro e de mais cinco países da América Latina em 2018. Na França, elegeu-se o candidato com uma proposta de mudança profunda em favor de um estado que reforma e se reforma. Esta parece ser a fórmula vencedora para a retomada do crescimento da produtividade e aumento da inclusão social.

Algumas mensagens estão endereçadas a países como o Brasil e apontam para o desafio do combate à ineficiência, da abertura da economia e, sobretudo, o desafio das grandes reformas macro e microeconômicas que nos permitirão virar a página da “agenda de passado”. Na parte fiscal, tão nevrálgica para o país, sai fortalecida a ideia de que todos os gastos públicos, sociais ou não, precisam ser escrutinados para que sejam mais eficientes, evitando que áreas socialmente relevantes fiquem sem recursos. A construção de um novo “contrato social” em vários países depende disso. Nesse sentido, já podemos constatar algo positivo: a qualidade do debate econômico no Brasil melhorou bastante recentemente.

As transformações em curso geradas pela revolução digital e cognitiva (mais cognitiva do que digital, com o avanço da inteligência artificial em todos os segmentos) também impõem respostas urgentes tanto para os negócios privados como para a gestão pública em todos os países. O Brasil e países da América Latina precisam estar atentos nessa nova realidade e com investimentos pesados na inovação e na inventividade dos atores sociais para que existam governanças mais ágeis em benefício das futuras gerações. Os recursos devem ir aonde o talento está - a França tem feito isso nos últimos anos.

Está claro que, cada vez mais, assistiremos a uma redução dos espaços para a ineficiência na economia global devido às grandes mudanças tecnológicas, e isso permitirá ao Brasil, assim como a outros países da América Latina, ingressarem em uma nova fase na qual a prioridade absoluta será o aumento da produtividade, base para qualquer crescimento com equidade.

Atualmente, todos os modelos de negócios, privados e públicos, estão literalmente “de pernas para o ar” com a mudança paradigmática e sem precedentes nas áreas científica e tecnológica. A própria globalização mudou o seu perfil. Hoje é mais baseada em plataformas tecnológicas, novas rotinas, protocolos, softwares etc. É uma globalização que depende de novas técnicas de gestão, computação na nuvem, internet das coisas, big data, inteligência artificial, robotização, impressão 3D, nanotecnologia, ciências do

cérebro. Ou seja, não é mais sustentada na mera padronização da produção em países com menores custos salariais, os quais, diga-se de passagem, estão se tornando cada vez menos relevantes no processo decisório de investimento. Da mesma forma, a importância da territorialidade não é a mesma do passado e países emergentes como o Brasil devem investir no conhecimento para não se isolarem ainda mais no ambiente global.

A globalização “inclusiva” depende decisivamente do “entorno da produção”, ou seja, da oferta de serviços sofisticados, da educação de qualidade, da requalificação dos trabalhadores (“re-skilling”) e, sobretudo, de instituições que incentivem a inovação e a adaptação de produtos às características locais e regionais.

No entanto, a impressão que se tem é de que ainda há, em todo o mundo, uma subestimação dos impactos, positivos ou negativos, dessas transformações. As inovações tecnológicas em curso precisam ser acompanhadas por inovações institucionais. Neste novo ambiente democrático digital, as instituições sociais e políticas ainda são analógicas. E isso vai impor muitos desafios à sociedade, seja de um país emergente ou maduro, nos próximos anos.

** Octavio de Barros é economista-sócio da Quantum4 Soluções de Inovação e Vice-Presidente da Câmara de Comércio França-Brasil. Philippe Jouvelot é presidente da AXA no Brasil e Membro da diretoria da Câmara de Comércio França-Brasil.*